



Índice

- 01** Criação do Museu Olímpico no antigo prédio do Museu do Índio
- 02** Comunidades quilombolas do estado vão receber titulação de terras
- 03** Ribeirinhos pedem esclarecimentos ao MPF
- 04** Ministros ouvem comunidades
- 05** No Dia da Mulher, indígena pede fim da violência nas aldeias em MS
- 06** MPF diz que Funai não cumpre atribuições para proteger índios afetados por Belo Monte
- 07** PM convoca candidatos negros e indígenas aprovados na prova escrita de concurso para entrevista
- 08** Após briga, indígenas morrem carbonizados em Vacaria, RS
- 09** Indígenas retomam área no município de Coronel Sapucaia, na fronteira com o Paraguai
- 10** Índio morre atropelado por um trem em Vacaria, RS



Criação do Museu Olímpico no antigo prédio do Museu do Índio SÍTIO EBC, 10.03.2013

O desejo expressado pelo governador do Rio, Sérgio Cabral, de transformar o prédio do antigo Museu do Índio, ao lado do Estádio Jornalista Mário Filho, o Maracanã, em um futuro Museu Olímpico é polêmico e pode esbarrar na Justiça. Duas ações movidas pelo Ministério Público da União (DPU) tramitam em duas varas de Justiça, pedindo a permanência dos índios no local e a destinação do imóvel para uso relativo a assuntos indígenas. A advertência é do defensor público da União André Ordacgy, que concorda com a construção de um Museu Olímpico, mas em outro local.

“A defensoria viu como míope esse tipo de iniciativa do governo do estado. Aquele prédio histórico tem uma relação visceral com os indígenas. Foi ali a sede do [extinto] Serviço de Proteção ao Índio, cujo presidente era o marechal [Cândido] Rondon. E o primeiro diretor do Museu do Índio foi [o antropólogo] Darcy Ribeiro. Mas é importante dizer que, em nenhum momento, a DPU é contrária à ideia de se fazer um Museu Olímpico”, disse Ordacgy, que sugere a transformação do antigo prédio em um centro cultural ou uma embaixada indígena.

A posição é diferente da manifestada pelo presidente do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), José do Nascimento Júnior, que apoia a destinação do imóvel para abrigar o patrimônio olímpico nacional. “Acho fundamental que se tenha um museu olímpico. Todas as cidades que sediaram as Olimpíadas têm museu olímpico exatamente para trabalhar o legado e a memória do esporte. O importante é que ali, apesar de toda a discussão, vai voltar a ser museu. Nós já temos um Museu do Índio no Rio de Janeiro, que fica em Botafogo. E o próprio Museu Nacional da Quinta da Boa Vista tem uma dos maiores acervos indígenas do país”, declarou o presidente do Ibram.

O historiador Milton Teixeira discorda e defende a preservação do imóvel para o fim original. “Eu sou a favor que aquele prédio seja reocupado pelo Museu do Índio. Pois o Museu do Índio em Botafogo está superlotado. Pode-se dividir o acervo e fazer uma sucursal do museu sem problema algum, como existe em vários lugares do mundo. Aquele prédio é pequeno para um Museu Olímpico”, disse.

A construção de um museu olímpico tem apoio de atletas que conquistaram medalhas em Jogos Olímpicos, mas eles sugerem que seja construído em outras regiões da cidade, com um imóvel projetado especificamente para a finalidade.

“Vivemos um momento olímpico no Brasil. Começar com um museu é excelente, mas depois temos que encher ele com história. Eu preferia que fosse construído na região portuária, que está sendo revitalizada”, sugeriu o velejador Marcelo Ferreira, campeão em 1996 (Atlanta) e 2004 (Atenas) e medalha de bronze em 2000 (Sydney), na classe Star, ao lado de Torben Grael.

CONT.



Opinião semelhante tem o campeão olímpico de vôlei Antônio Carlos Gouveia, o Carlão, capitão da equipe que garantiu ouro ao país em 1992 (Barcelona). "É importante termos um Museu Olímpico, para servir de referência e lembrar dos atletas que brilharam pelo esporte nacional. O museu terá tudo a ver com a cidade do Rio e com as coisas que estão acontecendo aqui. Temos muito espaço na cidade para construir o Museu Olímpico, como na Barra da Tijuca, por exemplo. Para representar todos os nossos heróis olímpicos, medalhistas e atletas de renome, sem dúvida que precisaremos de um espaço importante", destacou Carlão.

Para os índios que ocupam o imóvel, sua permanência é uma questão espiritual. Muito mais do que um prédio, eles consideram o prédio ao lado do Maracanã como um local sagrado onde estiveram seus antepassados. "Será que a cultura indígena não faz parte do país? Este prédio se tornou um símbolo da nossa história. Todo o registro da cultura indígena passou por este espaço. A discussão da criação do Parque do Xingu foi feita aqui dentro. Este prédio é a memória do nosso povo", explicou Afonso Apurinã, que juntamente com índios de outras etnias ocupa o imóvel desde 2007, chamado de Aldeia Maracanã.

O Comitê Olímpico Brasileiro (COB) informou, por meio de nota, que tem um grande acervo de objetos relativos ao movimento olímpico brasileiro e internacional, somando cerca de 2 mil peças (tochas olímpicas, medalhas, selos, uniformes, imagens, entre outros itens). Além disso, uma biblioteca com cerca de 16 mil livros.

"Ainda não há prazos nem orçamento para a inauguração do Museu Olímpico Brasileiro. O cronograma depende das obras de complementação do projeto de modernização do complexo do Maracanã, que será desenvolvido por investidores privados. O COB aguarda a definição da empresa vencedora do processo de licitação do Maracanã para fazer, em conjunto com a empresa, um estudo sobre o planejamento do futuro Museu Olímpico", diz o COB.

Perguntado se o comitê fazia questão de que o futuro museu fosse localizado no imóvel hoje ocupado pelos índios, a assessoria informou que o COB não se pronunciaria sobre o assunto.



Comunidades quilombolas do estado vão receber titulação de terras

SÍTIO G1, 10.03.2013

Áreas de 55 comunidades quilombolas, em 26 municípios maranhenses, deverão ser tituladas este ano, conforme anúncio do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma). A medida vai beneficiar 3.023 famílias.

“Estamos com uma programação pronta e aprovada, visando a regularização fundiária das áreas quilombolas. Esse é um direito assegurado na Constituição Federal que visa o fortalecimento da cidadania das famílias remanescentes de quilombos, no que se refere ao acesso, titulação e posse da terra”, disse o diretor de Recursos Fundiários do Iterma, Luiz Augusto Martins.

O processo de regularização de áreas remanescente de quilombos no âmbito estadual teve início em 2005, com quatro comunidades, prosseguindo em 2006 com mais nove. Depois houve um período de paralisação e o Iterma só retomou os trabalhos de titulação em 2011, em 13 comunidades, e beneficiando 710 famílias.

Para a representante da Comissão Nacional das Comunidades Quilombolas no Maranhão (Conaq), Maria do Socorro Nascimento, os problemas são grandes e vêm desde a certificação de auto reconhecimento, cartórios, infraestrutura, orçamento, além dos próprios conflitos individuais dentro dos territórios. “Outro grande problema é a falta de responsabilidade dos governos municipais relacionada ao movimento quilombola”, afirmou.

Segundo dados do Governo Federal, no Brasil, existem hoje em torno de 1,17 milhão de quilombolas em 24 estados da Federação. Constituem cerca de 214 mil famílias e um total de 2.053 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares/Minc. Destas, 206 são tituladas, beneficiando 12.804 famílias em 994,5 mil hectares regularizados.



Ribeirinhos pedem esclarecimentos ao MPF

SÍTIO D24AM, 09.03.2013

Temerosos com a consequência da implantação do Polo Naval de Manaus na orla do Puraquequara, zona leste, representantes das comunidades tradicionais ribeirinhas estiveram, na manhã desta sexta-feira (08), no auditório da Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam) para ouvir os esclarecimentos e expor seus posicionamentos sobre o tema ao Ministério Público Federal do Amazonas (MPF-AM) e à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional Sustentável da Aleam (CAAMA), em audiência pública.

Na ocasião, além das 19 comunidades ribeirinhas, estavam presentes representantes das entidades da Comissão Pastoral da Terra, Cáritas Arquidiocesana e SOS Encontro das Águas.

O vice-presidente da comunidade de São Francisco do Mainá, Carlos Augusto Campos, 36, disse que além da questão antropológica, há a preocupação social e ambiental com a possível confirmação do polo na região.

“O governo destaca que irá gerar cerca de 30 mil empregos. Será que nosso povo vai ser beneficiado com isso? Essas pessoas querem gente qualificada. Somos pescadores e é disso que sobrevivemos”, ressaltou o vice-presidente.

Carlos frisou que nenhuma comunidade tem a intenção de atrapalhar o desenvolvimento de Manaus e do Amazonas, mas que é importante para os ribeirinhos entenderem onde serão afetados, como e para onde serão remanejados.

O procurador da República, Leonardo Macedo, fez questão de ressaltar a importância de que essas discussões surjam nesse momento, de fase inicial de elaboração do projeto, para evitar confrontos futuros e impactos negativos.

Fortalecendo a ideia do debate inicial, o deputado Luiz Castro disse entender a necessidade de esclarecer para toda sociedade como será a implantação desse projeto que, segundo ele, é uma importante alternativa de desenvolvimento.

“Isso não é uma audiência contra o Polo Naval, mas uma forma participativa, transparente e coadunada com a defesa do meio ambiente e dos interesses das comunidades tradicionais”, disse o deputado, destacando a comunidade de Jatuarana que existe desde o final do século 18.

“O governo precisa mostrar o projeto à população, adequá-lo para que não atrapalhe essas comunidades, valorize e aproprie na sua concepção essas pessoas que moram na área rural de Manaus”, afirmou Castro.

O Polo Naval será implementado em duas etapas. A expectativa é que, com a conclusão do projeto, sejam gerados cerca de 50 mil empregos. Os investimentos são de aproximadamente R\$ 1 bilhão.



Ministros ouvem comunidades

SÍTIO JORNALDIADIA, 10.03.2013

Os ministros da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, participaram do encerramento da 21ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), na tarde desta quinta-feira (07/03), em Brasília. Representando os integrantes da sociedade civil na comissão, entre quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, povos de terreiro e outros, a líder da Rede de Comunidades Pantaneiras, Cláudia De Pinho, e o presidente do Conselho Nacional de Extrativistas, Pedro Ramos, apresentaram um documento com as demandas dos povos e comunidades tradicionais apresentados durante a reunião.

Ao receber o conjunto de demandas, a ministra Izabella Teixeira, reconheceu todas como pertinentes e necessárias, e garantiu apoio necessário para cumprimento da agenda. "Depois de um estudo detalhado dessas propostas, vamos ver o que pode ser executado e o que não pode, para modificar e ajustar tudo aqui apresentado, de modo que seja possível ser executado da melhor forma possível", disse. Para ela, a pauta socioambiental descreve um Brasil que o Brasil não conhece, e surge como oportunidade para o governo aprender novos caminhos e perspectivas de trabalho. "Todas as mudanças e benefícios que conseguimos até hoje só foram possíveis a partir de solicitações como essas feitas por vocês", acrescentou.

BOLSA VERDE

Ainda segundo Izabella, o Ministério do Meio Ambiente já vem trabalhando em uma agenda que beneficia os povos e comunidades tradicionais diretamente. Entre essas ações está a busca ativa de novas famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Verde – ação que irá incluir mais 20 mil famílias de Unidades de Conservação na Amazônia, o Grupo de Trabalho Interministerial que discute e irá lançar o Plano de Extrativismo, a medida do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN) formalizando resolução que inclui a participação de comunidades tradicionais nos debates sobre acesso e repartição de benefícios, além do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, que beneficiará diretamente essas comunidades.

"Os temas prioritários identificados durante os dois dias de encontro baseiam-se em três eixos: regularização dos territórios tradicionais, funcionamento da CNPCT e encontros e eventos de povos e comunidades tradicionais", salientou a representante dos pantaneiros, Claudia De Pinho. Segundo ela, a Comissão já significa um espaço de conquistas para importante camada da sociedade, historicamente excluída, mas que de alguns anos para cá vem ganhando força e apoio do governo. "Vemos aqui uma oportunidade de voz para os nossos anseios e necessidade", completou.

Para o representantes dos povos extrativistas, Pedro Ramos, o território hoje ocupado em florestas e rios representa, para as comunidades que ali vivem, mais do que valor monetário atribuído aos produtos ali gerados.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 042 / 2013

Brasília, 11 de março de 2013.

“Nessas áreas estão as nossas religiões e crenças, onde muitas vezes encontramos conforto nos piores momentos enfrentados por falta de reconhecimento e valorização da nossa classe”, argumentou. Demandas relacionadas à falta de infraestrutura em regiões extrativistas distantes dos grandes centros urbanos, regulamentação de uma previdência social específica para essa camada e educação diferenciada também foram citadas por Pedro como prioridade para desenvolvimento dos povos extrativistas.



No Dia da Mulher, indígena pede fim da violência nas aldeias em MS

SÍTIO G1, 09.03.2013

Desde maio de 2012, o Conselho Municipal de Direitos e Defesa dos Povos Indígenas de Campo Grande tem uma mulher na presidência. Alicinda Tibério, 40 anos, foi a primeira a ocupar o comando da entidade, criada em 2005. Nascida na aldeia Limão Verde, uma das principais do município de Aquidauana, a 143 km de Campo Grande, ela afirma que dedica sua militância para combater a violência contra a mulher nas aldeias.

A motivação da luta, Alicinda diz conhecer de perto. Conta ter sido vítima, por sete anos, dos mais variados tipos de violência por parte do marido, pai de seus três filhos. Os dias de sofrimento, segundo ela, foram responsáveis pela vinda para Campo Grande há 13 anos.

"Na visão da aldeia, eu deixei a família para trás, era considerada uma vadia, mas anos depois, ao retornar, fui homenageada e reconhecida como uma liderança na cidade grande. As mulheres têm de ser corajosas e denunciar, porque ninguém vai fazer isso por nós", relata.

Alicinda conta que a realidade cultural não é muito diferente nos dias atuais, embora existam avanços no diálogo com caciques. De acordo com ela, um dos principais desafios é conseguir com que as mulheres vítimas da violência doméstica nas aldeias de Mato Grosso do Sul possam denunciar os casos.

Para a presidente do conselho, a aplicação da Lei Maria da Penha precisa ser enrijecida também nas aldeias. Como auxílio, ela diz que pretende elaborar uma cartilha, em parceria com o Ministério Público Estadual (MPE), para orientar mulheres indígenas sobre como agir em situações de violência e levar a denúncia adiante.

Outro problema está na adaptação com a rotina da cidade grande, em contraponto à vida na aldeia. "O convívio de uma mulher que sai da aldeia é muito difícil. Ela encontra barreiras pelo jeito de comer e de vestir. A mulher indígena ainda não avançou, mas já está no meio do caminho".

No Dia Internacional da Mulher, Alicinda diz que seu maior sonho é criar uma Organização Não-Governamental (ONG) para assessorar mulheres indígenas. "Sobrevivi na cidade, mas nunca deixei as raízes. Sei que estou plantando uma semente de um futuro melhor para nossos filhos".

Evolução

A delegada titular da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam) em Campo Grande, Rosely Molina, fala em avanços nos casos nos últimos anos no no estado. "As mulheres têm buscado cada vez mais as delegacias. Óbvio que existe o problema cultural, no caso das indígenas, mas a dificuldade em denunciar é parecida em toda a sociedade. É um problema de amadurecimento".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 042 / 2013

Brasília, 11 de março de 2013.

Segundo ela, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, do qual é integrante, tem colocado em pauta a particularidade da violência indígena. Para ela, até o contato com os caciques evoluiu. "Hoje se consegue até fazer palestra nas aldeias", diz.

A delegada recomenda que mulheres vítimas de violência devem denunciar os casos à polícia pelo telefone 180, que é nacional e gratuito. A identidade da informante é mantida em sigilo. Parentes e vizinhos que souberem de violência doméstica também podem denunciar.



MPF diz que Funai não cumpre atribuições para proteger índios afetados por Belo Monte

SÍTIO TERRA, 09.03.2013

A Fundação Nacional do Índio (Funai) não está cumprindo como deveria as atribuições que tem para defender os índios que serão prejudicados pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte, diz o Ministério Público Federal no Pará. Segundo os procuradores federais, falta à Funai "rigor" para cobrar da Norte Energia, empresa responsável pela construção e operação da usina, o cumprimento de diversas condicionantes.

O MPF informa ter constatado, na regional da Funai em Altamira (PA), um "ambiente caótico, sujo, sem condições dignas para os servidores e para os indígenas". De acordo com o Ministério Público, tal situação compromete o atendimento aos índios da região. Em nota, o MPF informa que a licença de instalação concedida à Norte Energia estabelecia que o empreendimento só teria viabilidade se houvesse "maciço e imediato investimento governamental" com a contribuição do empreendedor para o fortalecimento institucional da Funai.

Após receber a licença, a Norte Energia assinou termo de compromisso com a Funai prevendo o fortalecimento institucional do órgão indigenista. Isso incluiria, segundo o MPF, a construção de uma nova sede da fundação em Altamira, a contratação de equipe técnica, doação de equipamentos, material de consumo e prestação de serviços de manutenção. O compromisso expirou no ano passado, com execução apenas parcial. A nova sede ainda não ficou pronta.

Diante desse cenário e da falta de retorno da Funai, os procuradores deram prazo de até 20 dias para que a presidenta da fundação, Marta Azevedo, tome medidas para resolver a situação. Entre as recomendações feitas pelo MPF está a adoção de "medidas adequadas e necessárias para exigir da Norte Energia o cumprimento imediato" das condicionantes. O Ministério Público também pede um relatório detalhado sobre a demanda excedente da Coordenação Regional Centro-Leste do Pará, gerada pela construção da Usina de Belo Monte.

Consultada pela Agência Brasil, a Norte Energia informou não ter recebido qualquer manifestação do Ministério Público ou da Funai, e que ainda aguarda isso para se manifestar sobre o assunto. A Agência Brasil entrou em contato também com a Funai, em Brasília, e recebeu mensagem por e-mail na qual a entidade diz que, embora já tenha tomado conhecimento das recomendações do MPF, não vai se manifestar por enquanto. A Regional Centro-Leste da Funai não respondeu às ligações feitas pela reportagem.

A obra da usina também é criticada por parlamentares, mas por causa de outros problemas sociais. Ontem (6), o presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Tráfico de Pessoas, deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA), criticou o que classificou de "conivência" do Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM) com a existência de prostíbulos próximo ao canteiro de obras. Há poucas semanas uma operação conjunta das polícias Militar e Civil do Pará libertou 16 mulheres, uma adolescente e uma travesti mantidas em cárcere privado e obrigadas a se prostituir.

CONT.



"Foi desbaratada uma rede de aliciadores, de tráfico humano para fins de exploração sexual de mulheres e adolescentes, dentro do complexo [da usina hidrelétrica] de Belo Monte, algo inadmissível, já que se trata de um projeto que está recebendo financiamento público, do BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social]", disse Jordy, após reunião em que membros da CPI pediram ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, o reforço do efetivo da Polícia Federal na região sob influência do empreendimento.

"[Durante diligência no local, na semana passada] tivemos que passar por duas guaritas da empresa para chegar a uma das boates. É muito difícil, eu diria impossível, que eles [os responsáveis locais pelas obras] não tivessem conhecimento do funcionamento desta boate, que fica dentro do canteiro [de obras], em área desapropriada para fins de utilidade pública", relatou o deputado.

Também ontem, a CPI do Tráfico de Pessoas aprovou a convocação do presidente do consórcio responsável pela construção da usina, José Ailton Lima, para dar explicações sobre o funcionamento da boate no interior do canteiro de obras e sobre a existência de mulheres jovens, incluindo uma menor, no local. O requerimento para que Lima fosse convocado era de autoria de Jordy, que não descarta a hipótese de, descumpridas as condicionantes, pedir o embargo da obra.

"Dependendo das justificativas apresentadas pelo consórcio, vamos avaliar quais procedimentos adotar. Um deles é pedir a suspensão da obra até que as condicionantes sejam cumpridas, o que, aliás, já deveria ter acontecido", concluiu Jordy.



PM convoca candidatos negros e indígenas aprovados na prova escrita de concurso para entrevista

SÍTIO JORNALDIADIA, 09.03.2013

O Diário Oficial do Estado (DOE) traz nesta sexta-feira (8) dois editais de convocação dos candidatos aprovados na prova escrita objetiva do Concurso Público da Polícia Militar, que se declararam negros e indígenas no ato da inscrição. A convocação é para comparecerem na entrevista de verificação, que é uma das etapas para o ingresso no curso de formação de oficiais.

De acordo com a publicação, as entrevistas serão realizadas no dia 14 de março, às 8 horas (horário MS), na Academia de Polícia Civil (Acadepol), localizada na rua Osmar de Camargo s/n, bloco XV, Parque dos Poderes.

O candidato deverá comparecer no local da entrevista com 30 minutos de antecedência do horário marcado para seu início munido do documento de identificação utilizado para inscrição, além de cópia da sua certidão de nascimento. A declaração firmada pelo candidato no momento da sua inscrição será confrontada com o seu fenótipo (características da pessoa).

Candidatos que se declararam indígenas deverão comparecer munidos da Cédula Oficial de Identidade expedida pela Secretaria de Segurança com o registro da etnia indígena com o Registro Administrativo de Nascimento de Índio (Rani) original emitido pela Fundação Nacional do Índio (Funai) ou Registro Administrativo de Casamento de Índio (Raci) original emitido pela Funai.

Este candidato que se declarou negro ou indígena no momento da inscrição e não comparecer na entrevista no prazo e local estabelecidos no Edital, ou que não receber parecer conclusivo favorável da Comissão Especial, perderá o direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos optantes do programa de reserva de vagas, permanecendo somente na listagem geral de classificação para o cargo, não podendo impetrar recurso dessa decisão. Não haverá segunda chamada e nem realização da entrevista fora da data, horário e local estabelecidos no edital.



Após briga, indígenas morrem carbonizados em Vacaria, RS

SÍTIO G1, 10.03.2013

Depois de uma briga generalizada que teve início na madrugada deste domingo (10) em uma agropecuária na localidade de Fazenda Ramada, no interior do município de Vacaria, na Região dos Altos dos Campos da Serra, no Rio Grande do Sul, dois índios morreram carbonizados. Todos os envolvidos na confusão são indígenas e estão no município para trabalhar na colheita da maçã.

Segundo a polícia, já havia sido registrado um desentendimento no local na noite de sábado (9). No começo da madrugada, houve nova discussão e o alojamento pegou fogo. Duas pessoas não conseguiram deixar o local e morreram queimadas.

Dois índios estão detidos na delegacia de Vacaria e outros quatro aguardam pela decisão do delegado. Segundo a polícia, o incêndio foi criminoso.

Além destes, outro indígena morreu em Vacaria na madrugada deste domingo (10). Um homem de 42 anos morreu atropelado por um trem. Segundo a polícia, o corpo foi encontrado pelo filho nos trilhos localizados às margens da BR-116 por volta das 6h.



Indígenas retomam área no município de Coronel Sapucaia, na fronteira com o Paraguai

SÍTIO AMBAINOTÍCIAS, 09.03.2013

Cerca de 130 indígenas Guarani Kaiowá retomaram área invadida por fazenda no tekoha - aldeia - Kurusu Ambá, na noite de quinta-feira, 7, no município de Coronel Sapucaia (MS), fronteira com o Paraguai, onde estão armando acampamento. Na manhã de sexta-feira (8), um grupo de homens armados em duas caminhonetes - identificadas pelos indígenas como de propriedade da fazenda retomada - se aproximou da área, ameaçando a comunidade.

"Nós estamos na beira da mata. Na noite [da retomada] correu tudo bem, mas hoje chegaram pistoleiros", explica uma liderança da retomada. "Eram umas 15 pessoas com algumas armas. Os carros são de uma fazenda daqui, a gente conhece. Um [dos veículos] chegou uns 100 metros [do acampamento], tinha pessoa na cabine e na caçamba e arma. A gente foi na direção, mas eles foram dando ré, e falaram que iam chamar mais gente pra voltar mais tarde", denuncia. A Fundação Nacional do Índio (Funai) foi informada, e deverá acionar a Força Nacional e Polícia Federal. Conforme os indígenas, a retomada ocorre em área incluída dentro de acordo judicial como reserva legal, onde a comunidade poderia ocupar e permanecer nas terras.

"Queremos espaço pra andar, pescar, caçar, realizar nossa cultura e combater a fome", afirma a liderança. Há quatro fazendas incidindo sobre o território indígena de Kurusu Ambá, área de cerca de 18 mil hectares reivindicada pelos Kaiowá como território tradicionalmente ocupado por seus antepassados antes das espoliações do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), na primeira metade do século vinte.

Atualmente, a terra está em processo de identificação e delimitação. Com os prazos estourados, o relatório de identificação sobre o tekoha deveria ter sido publicado pela Funai em 2010, segundo Termo de Ajustamento de Conduta estabelecido pelo Ministério Público Federal. O relatório foi entregue pelo grupo técnico que realizou levantamento em campo, em 26 de dezembro de 2012, e aguarda aprovação da Funai de Brasília .

"Não aguentamos mais a miséria. A gente quer plantar o próprio sustento", afirma uma liderança de Kurusu Ambá. Enquanto esperam a demarcação da terra, as famílias vivem no trecho de reserva legal desde a terceira retomada do tekoha, em 2009. A área ocupada pelos indígenas totaliza 10 hectares e é toda rodeada por lavouras de soja.

A alimentação da comunidade é essencialmente suprida pelas cestas básicas distribuídas pela Fundação Nacional do Índio (Funai). "A gente planta milho, feijão, mandioca, mas a terra é muito pouca. Nós retomamos porque simplesmente é humilhante ficar dependendo de cestas básicas", afirmam.



Índio morre atropelado por um trem em Vacaria, RS

SÍTIO G1, 10.03.2013

Um índio de 42 anos morreu atropelado por um trem na madrugada deste domingo (10) em Vacaria, na Região dos Campos de Cima da Serra, no Rio Grande do Sul. Segundo a polícia, o corpo foi encontrado pelo filho nos trilhos localizados às margens da BR-116 por volta das 6h.

O indígena era natural da cidade de Redentora, na Região Norte do estado. Ele estava em Vacaria para trabalhar na colheita da maçã. Segundo a polícia, ele passou a madrugada em um bar com o filho, que voltou antes para casa. Sentindo a falta do pai pela manhã, o jovem saiu em busca do pai e o encontrou morto.